



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI

ALTERA O ANEXO III DA LEI Nº 5.435/2021 (PPA) E ALTERA O ANEXO IIA DA LEI Nº 5.421/2021 (LDO), AUTORIZANDO A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, NO MONTANTE DE R\$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS), PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, OFERTA DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E VIVENCIA NO MUNDO DO TRABALHO À ADOLESCENTE E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL – "PROGREDIR".

A Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo III da Lei Municipal nº 5.435/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2022 a 2025, passa a vigorar com a seguinte inclusão:

"ANEXO III PLANO PLURIANUAL – PERÍODO 2022 A 2025

Unidade Or	camentária	Secretaria	Municipal	de Assistência e Desenvolvimento		
	3	Social	Transcop are			
Unidade Executora		Fundo Municipal de Assistência Social – Proteção Social de Média Complexidade				
Código da Unidade		N°. 02.12.03				
Função		Assistência Social				
Código da Função		N°. 08				
Sub-Função		Assistência Comunitária				
Código da Sub-Função		N°.244				
Programa		Proteção Social Especial				
Código do Programa		N°. 0026				
Atividade		CREAS – Centro de Referência Especializado em				
		Assistência Social				
Código da Ação		N°. 2058				
Ação		Programa Social Progredir				
Código da Ação		0006				
Ações						
Meta Física		Unidade de Medida				
100		Unidade				
2022	2023	2024	2025	Meta PPA		
10	10	10 10 40				
Custo Financeiro Total						
Custo Financeiro por Exercício						
2022	2023	2024	2025	Meta PPA		
48.000,00 72.000,00		72.000,00	72.000,00	R\$ 264.000,00		

Justificativa das modificações: Inexistência de dotação no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para implantação do Programa Municipal de Transferência de Renda, Oferta de Ações Socioeducativas, Qualificação Profissional e Vivencia no Mundo do Trabalho à Adolescente e Jovens em Situação de Risco Pessoal e Social – "Progredir"."

Art. 2º O anexo IIA da Lei Municipal nº 5.421/2021, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, passa a vigorar com a seguinte inclusão:







PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA Estado de São Paulo

"LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Programas de Governo – Anexo IIA

Unidade Orçamentária	Secretaria Municipa	al de Assistência e Desenvolvimento			
	Social				
Unidade Executora	Fundo Municipal de Assistência Social – Proteção				
	Social de Média Co	mplexidade			
Código da Unidade	N°. 02.12.03				
Função	Assistência Social				
Código da Função	N°. 08				
Sub-Função	Assistência Comunitária				
Código da Sub-Função	N°.244				
Programa	Proteção Social Especial				
Código do Programa	N°. 0026				
Ações					
Atividade					
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social					
Código da Ai	tividade	N°. 2058			
Ação		Programa Social Progredir			
Código da	Ação	0006			
Meta Física Para	o Exercício				
10		Unidade			
Custo Financeiro Total	l para o Exercício	R\$ 48.000,00"			

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no importe de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), cuja cobertura far-se-á por superavit do exercício anterior.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por decreto, desde que necessário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça, 07 de abril de 2022.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA Estado de São Paulo

Oficio n.º 083/2022

Garça, 07 de abril de 2022.

Ref.: Encaminha Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Encaminhamos para apreciação e deliberação dessa Casa, o incluso Projeto de Lei 2022, através do qual solicitamos autorização legislativa para abertura de um crédito especial no montante de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), para implantação do Programa Municipal de Transferência de Renda, Oferta de Ações Socioeducativas, Qualificação Profissional e Vivencia no Mundo do Trabalho à Adolescente e Jovens em Situação de Risco Pessoal e Social – "Progredir".

O programa "Progredir" busca a efetivação das políticas públicas de direitos para os jovens em conflito com a lei, integrando ações de transferência de rendas, oferta de ações socioeducativas, qualificação profissional e vivência ao mundo do trabalho a adolescentes e jovens em situação de extremo risco pessoal e social.

A implantação do programa justifica-se com base em levantamento estatístico da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (Murad, 2004), a qual identificou que existiam no Brasil cerca de 39.578 adolescentes no sistema socioeducativo. Este quantitativo representava 0,2% (zero vírgula dois por cento) do total de adolescentes na idade de 12 a 18 anos existentes no Brasil.

Em relação e esse levantamento estatístico, 70% (setenta por cento), ou seja, 27.763 do total de adolescentes no Sistema Socioeducativo se encontravam em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade). Um dos maiores desafios da medida socioeducativa de semiliberdade é realizar a reinserção do adolescente, inserindo-o novamente ao convívio social e familiar, conforme os ditames do ECA, SINASE e Leis Internacionais, que tem por objetivo promover o crescimento, garantir os direitos e a mudança de comportamento desses adolescentes.

Dessa forma, é necessário que sejam implantadas políticas públicas voltadas a área infanto-juvenil, de forma que propicie condições e garantias, bem como futuros investimentos que efetivem as propostas das políticas implementadas. Vale demonstrar que estes adolescentes não deixam de ser vítimas da não garantia de seus direitos sociais por parte da sociedade, do Estado e, até mesmo, da própria família que os excluem e rotulam, esquecendo que eles são considerados pessoas em desenvolvimento, os quais pelas circunstâncias infringiram leis e regras.

Neste contexto, o adolescente ao mesmo tempo que cometeu o ato infracional também é vítima do fator social e econômico, em que os direitos básicos como: educação, saúde, habitação, lazer, emprego e assistência social são violados; onde o convívio é marcado por desigualdade, vícios, exploração, desestruturação familiar que são questões sociais que acabam induzindo a viver na criminalidade. Estes são alguns fatores que levam o adolescente após o cumprimento da medida socioeducativa a rescindir, por encontrar vários obstáculos que o impede de traçar novos caminhos.







apreço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA Estado de São Paulo

O programa será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, junto ao CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social); após o cumprimento das medidas socioeducativas por parte dos adolescentes e jovens, os quais serão convidados a participar do programa, através de acompanhamento, encaminhamentos e participação efetiva nos serviços, programas e projetos.

Desta forma, solicitamos atenção especial dos nobres Vereadores para aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, <u>bem como que a sua tramitação se dê em regime de urgência, nos termos do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal.</u>

Aproveitamos a oportunidade para renovarmos nossos protestos de elevado

Atenciosamente,

JOÃO CARLOS DOS SANTOS Prefeito Municipal

Exmo. Sr. **RAFAEL JOSÉ FRABETTI**Presidente da Câmara Municipal de Garça **NESTA**





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3663-D16C-0858-B959

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JOAO CARLOS DOS SANTOS (CPF 061.XXX.XXX-23) em 07/04/2022 10:03:19 (GMT-03:00)

Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://garca.1doc.com.br/verificacao/3663-D16C-0858-B959